

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 182ª SESSÃO, EM 18 DE SETEMBRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR MAURO BENEVIDES — Recebimento de apelo da Universidade Federal do Ceará no sentido de assegurar recursos imediatos para a reabertura da Emergência do Hospital das Clínicas em Fortaleza.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Questão ética na política brasileira. Advertência quanto à mudança sensível na atitude de saturação da sociedade brasileira.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 705/92, de autoria do Senador João Rocha, requerendo sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e da Administração, as informações que menciona.

— Nº 706/92, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Lei da Câmara nº 100/91, que acrescenta dispositivos ao art. 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, concedendo aos municípios competência para a execução de serviços de planejamento familiar.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1992 (nº 2.629/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas (SP), e dá outras providências. **Discussão encerrada**, após parecer de plenário, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1992, de autoria do Senador João França e outros Senadores, que modifica a redação do inciso XVI do art. 49 e do caput do art. 231 da Constituição Federal. **Em fase de discussão** (3ª sessão).

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NEY MARANHÃO — Protestos contra a exclusão de Pernambuco e dos demais estados nordestinos dos recursos orçamentários do Pin-Proterra.

SENADOR RONALDO ARAGÃO — Correspondência recebida do Diretório Municipal do PMDB de Ariquemes solicitando providências para coibir a violência que grassa naquela localidade e em todo o Estado de Rondônia.

SENADOR NABOR JÚNIOR — Inoportunidade de manifestações populares realizadas ontem, no Rio de Janeiro, quando da visita do Presidente Fernando Collor à sua mãe, D. Leda Collor, ora hospitalizada. Desaprovação do comportamento do Presidente da República que, em festa nesta semana em Brasília, segundo o **Jornal do Brasil** de hoje, ofendeu a dignidade de vários homens públicos brasileiros.

SENADOR CÉSAR DIAS — Apelo em favor da intervenção no TRE de Roraima, em face da parcialidade do Desembargador Corregedor eleitoral Luiz Gonzaga Batista e do descumprimento de decisões judiciais superiores.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Ata da 182ª Sessão, em 18 de setembro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Chagas Rodrigues, Nabor Júnior e João França

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Beni Veras — Chagas Rodrigues —
Elcio Álvares — João Calmon — João França — João Rocha
— Jutahy Magalhães — Mauro Benevides — Ney Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides, ilustre Presidente desta Casa.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recebi da Universidade Federal do Ceará um apelo veemente para que intercedesse junto ao Ministro da Educação e ao Ministro da Saúde, com o objetivo de se assegurar recursos que possibilitem a reabertura da Emergência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina local.

Há cerca de dez dias, por absoluta carência de recursos, esse importante setor médico-hospitalar deixou de funcionar, gerando prejuízos incalculáveis, não apenas à população de Fortaleza, mas a toda área metropolitana que, demandando aquele nosocômio, reclama, exatamente a reabertura do seu setor de urgência.

A imprensa de Fortaleza registrou, com merecido destaque, esse fato, colocando o Governo Federal em situação delicada diante da opinião pública do meu Estado. Todas as entidades que acompanharam o fato pela imprensa, quer

sejam órgãos oficiais ou privados, movimentaram-se no sentido de garantir o apoio indispensável a Universidade, a fim de ser propiciado o imediato restabelecimento da emergência do Hospital das Clínicas.

Ainda anteontem, o Reitor Antônio Albuquerque de Souza Filho manteve longo entendimento com o Ministro Eraldo Tinoco e com as áreas responsáveis do Ministério da Saúde — acredito que até mesmo com o Ministro Adib Jatene — no sentido de possibilitar o imediato envio de recursos à UPC, destinados à reabertura da emergência do Hospital das Clínicas.

Quero, nesse instante, vindo à Tribuna do Senado Federal, nos instantes que antecedem a minha ida a Fortaleza, reiterar o apelo do próprio Reitor aos dois Ministros de Estado, para que ambos, numa ação conjugada, obtenham os recursos necessários ao funcionamento daquele importante departamento hospitalar.

Não teria sentido que numa Capital como Fortaleza, e num hospital que reúne excelentes profissionais integrantes do corpo docente da Universidade Federal do Ceará, se justificasse o fechamento de uma emergência que tem um atendimento/dia dos mais proficientes, direcionado, sobretudo, à população carente da minha cidade e da região metropolitana de Fortaleza.

Fica aqui consignado, Sr. Presidente, o meu apelo.

O Sr. Ney Maranhão — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Concedo o aparte ao nobre Senador Ney Maranhão, com muito prazer.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador e Presidente Mauro Benevides, respondendo pela Liderança do Governo, quero solidarizar-me com V. Exª, tendo em vista que caso idêntico está acontecendo com o Hospital das Clínicas da

Universidade de Pernambuco. Acredito que, com esse reforço de verba do FAT, o Dr. Adib Jatene solucionará rapidamente essa justa reivindicação, da mesma maneira que irá resolver o problema do Hospital das Clínicas de Pernambuco, que também se encontra em fase precária. Solidarizo-me com V. Ex.^a, e, como Líder do Governo, estarei, também, apoiando essa justa reivindicação.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Ex.^a, nobre Senador Ney Maranhão, ainda mais porque da sua parte há um compromisso implícito de levar a nossa reclamação, que é mais um apelo, aos Ministros da Educação e da Saúde, no sentido de que garantam os recursos indispensáveis ao funcionamento da emergência do Hospital das Clínicas de Fortaleza.

Eu lembraria a V. Ex.^a, nobre Líder Ney Maranhão, que, ainda Ministro da Educação o Professor José Goldemberg, quando se esboçavam essas dificuldades no âmbito da Universidade Federal do Ceará, alcançando o Hospital das Clínicas, obtive, naquela ocasião, a palavra de apoio do então titular daquela Pasta, para que não se permitisse o fechamento da emergência, que prejudicaria consideravelmente o atendimento à população carente dos bairros de Fortaleza e dos Municípios que integram a área adjacente da capital do Estado.

Lamentavelmente, passaram-se os dias sem qualquer solução. E se V. Ex.^a for dimensionar a necessidade do Hospital das Clínicas, chegará à evidência de que, com o aporte mensal de 2 bilhões e 200 milhões, a emergência terá condições de funcionar, como já vinha fazendo, atendendo exemplarmente a toda aquela população que demanda o Hospital das Clínicas.

O Sr. Ney Maranhão — A verba é irrisória.

O SR. MAURO BENEVIDES — Perfeitamente. São recursos insignificantes, mas que, alocados ao hospital, vão permitir o funcionamento dessa emergência, que atende, como já disse, à população carente de Fortaleza e àqueles municípios adjacentes: Maracanaú, Pacatuba, Guaiúba, Redenção, Pacajus, Caucaia, enfim, toda aquela área da grande Fortaleza, que já se habituou a procurar não apenas o Instituto José Frota, que é o Hospital mantido pela Prefeitura de Fortaleza, mas também o Hospital das Clínicas que, na sua emergência, reúne profissionais da melhor qualificação, todos docentes da Faculdade de Medicina do Estado do Ceará.

Espero, pois, nobre Líder Ney Maranhão, que V. Ex.^a adite, junto aos Ministérios da Educação e da Saúde, esse apelo que faço agora, como Senador do Estado do Ceará, como Presidente do Senado Federal, e aqui recebi vários telegramas, vários apelos do Reitor Antônio Albuquerque de Souza Filho, para que nós, no menor espaço de tempo possível, assistamos ao retorno da normalidade daquele nosocômio, que presta, como já disse, dedicado atendimento à população pobre de Fortaleza da região metropolitana. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É hora de insistirmos num tema que hoje, indiscutivelmente e infelizmente, está supervalorizado na consciência,

na ação e na reação da sociedade brasileira, que está indignada com o nível de decadência moral a que chegamos. Refiro-me à uma questão ética. Não apenas à questão da ética na política, mas a ela enquanto um grande problema nacional a ser enfrentado e resolvido. Estou convencido de que entre tantos angustiantes problemas que desafiam a sociedade brasileira neste momento decisivo da história deste País, a questão fundamental é a ética. Creio que, nesse sentido, sintonizo e acompanho o sentimento da maioria esmagadora do povo brasileiro. Não tenho qualquer dúvida de que todas as nossas dificuldades no campo econômico, político e social, acumuladas e agravadas no curso do tempo, estariam hoje bastante reduzidas, se vigesse entre nós o império da ética, antes mesmo que o império da lei. Aliás, teoricamente, a lei deve consistir sempre numa expressão positiva da valoração ética ideal, em determinado momento histórico, nos comportamentos individuais e das relações sociais. Portanto, acima de tudo, a ética. A lei, no sentido de direito objetivo, nem sempre, porém, se plasma numa pauta de valores éticos. É comum que ela se manifeste apenas como um conjunto de regras jurídicas, tendentes a reger favoravelmente os interesses particulares de grupos que influem, manipulam e exercem o poder. E, como se sabe, um dos aspectos mais sensíveis, para não dizer o mais importante do exercício do poder, é precisamente o de fazer as leis, cuja competência, diga-se de passagem, não está concentrada de forma exclusiva nas mãos do Legislativo. Ao contrário, o Executivo não só detém essa competência juntamente com o Legislativo, como a exerce de modo bastante imperativo, mercê do apoio parlamentar que, na maioria das vezes, encontra para apressar a aprovação das leis de sua iniciativa.

Ora, se na prática a lei é feita muitas vezes para atender a interesses particulares que, por definição, são sempre interesses minoritários em relação aos do conjunto da sociedade, isso significa que os valores éticos, também por definição, correspondentes aos da maior parte da sociedade, não estão sempre consubstanciados nas leis. Daí por que eu propugnar pelo império da ética sobre o império da lei. Até pelo fato de, prevalecendo aquela, prevalecer esta.

Mas, retomando a idéia inicial que começava a expor a V. Ex.^a, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as nossas dificuldades na área econômica, política e social estariam hoje bastante minimizadas se os valores éticos imperassem na motivação das condutas de ordem pública e privada. Parece-me intuitiva a percepção dessa realidade. De qualquer forma, não custaria demonstrar o argumento: na área econômica, os nossos problemas maiores vão desde a questão do endividamento do Estado, passando pela inflação, até o déficit público.

Quanto ao endividamento, sem entrar no mérito de sua necessidade ou de sua utilidade nos momentos em que se onerou o Estado brasileiro com compromissos financeiros vultosos, a verdade é que até hoje se duvida da aplicação socialmente vantajosa e economicamente proveitosa dos recursos obtidos por força de tão ruinoso endividamento.

Se se duvida das vantagens sociais, é indubitável, por outro lado, que os recursos provenientes de empréstimos, particularmente de fonte externa, muitos deles foram consumidos de forma nebulosa. Não obstante, o pesado ônus recai sobre o bolso dos brasileiros, e nada indica que nos livraremos dele em prazo razoável.

Quanto à inflação, a par de seus efeitos e das inúmeras tentativas antiinflacionárias já experimentadas, ela continua aí resistindo. O problema ético, nesse caso, diz respeito ao

comportamento daqueles que fazem ou ditam os preços. A resistência dos níveis da inflação brasileira, na minha opinião, está ligada não só ao vai e vem dos acertos e desacertos das medidas econômicas até então adotadas, como à ganância que brutaliza a noção de preços e a consciência de lucros praticados no Brasil. Igualmente a inflação persiste em parte devido às regras do modelo de 'economia capitanceira' e favorece sobretudo a dinâmica dos ganhos provenientes do mercado financeiro em detrimento do fortalecimento real da economia brasileira com base no encorajamento à inversão de capitais produtivos.

Já faz algum tempo que me pronunciei amplamente sobre esse tema em discurso nesta Casa. Mas, enfim, tudo isso compõe o quadro de distorções éticas de um comportamento tipicamente brasileiro, estimulado por um conjunto de medidas que não primam por tentar inverter ou pelo menos neutralizar tal tendência.

Quanto ao déficit público e crônico, tem sido ele não só o bode expiatório, mas o vilão dessa persistente febre inflacionária. Na verdade, com a presença dessa causas anteriormente apontadas, nossa economia não poderia mesmo acusar melhor comportamento do déficit público. Mas hoje percebe-se com nitidez que a verdadeira causa desse déficit crônico é a corrupção. No campo político, os nossos problemas essenciais sempre se situaram na questão da fragilidade institucional, determinante, por exemplo, da insegurança de podermos atravessar o momento de crise de governabilidade e confiabilidade, como a que estamos vivendo, dentro da normalidade democrática, com naturalidade e sem riscos de escorregões em vias golpistas, o que até agora temos conseguido. Mas estou convencido de que essa fragilidade se localiza na rede de compromissos *intramuros* e *extramuros* do poder, que viabiliza alianças temerárias e propicia a renovação de uma permanente correlação de forças fundadas na manutenção de privilégios, no medo da autofagia e no elevado grau de combustão da palha seca que cobre o telhado dessas figuras da política brasileira.

Portanto, novamente se apresenta aí o problema ético. No que se refere às nossas dificuldades no campo social, são elas que mais sofrem os efeitos das vicissitudes morais que contaminam o exercício do poder governamental no Brasil. O estado de coisas a que chegaram a educação, a saúde, a Previdência, a habitação, o transporte, a segurança, enfim, todos os setores da política social no País, tudo isso se deve à falta de um conjunto de providências e decisões relegadas a um segundo plano, exatamente pela ausência de compromissos éticos com superiores interesses nacionais.

De outra parte, no âmbito das relações e dos interesses puramente privados, fala-se de um País onde predomina a lei do levar vantagem em tudo. Não há nada mais pernicioso e imoral do que isso. Um País de espertos, de oportunistas, interessados apenas no próprio bem-estar, um País como este não tem futuro. O que esperar de um País onde a ambição, o egoísmo, a esperteza, são moedas valorizadas? Quando chegamos a um ponto em que, pelo mecanismo dos vasos comunicantes, o comportamento das pessoas comuns e dos homens públicos se implicam mutuamente no vergonhoso exercício de ilustração recíproca, de conchavo surdo-mudo e espúrio, não há mais o que fazer, senão repelir, num último esforço, as forças destrutivas desta Nação.

Pois é isso que estamos assistindo agora, confirmado pelas manifestações populares que se verificaram em todo o País em dias anteriores. Provocadas pelo apelo desafiador do Presi-

dente Collor, multidões saíram às ruas das principais capitais do País exibindo bandeiras pretas, lenços, faixas e cartazes para pedir a saída do Presidente e o seu *impeachment*.

Não vejo nisso somente a exteriorização da revolta popular contra o atual Governo; vejo, sim, muito além disso, o sinal da rebeldia popular contra os padrões éticos que vigem no Brasil. É o sinal de alerta. É o brado de revolta. É a indignação embandeirada. É o coro ensurdecido das buzinas.

O que aconteceu em Brasília e nas demais capitais brasileiras, não tenho qualquer dúvida, Sr. Presidente e Srs. Senadores, foi um cortejo fúnebre festivo. O primeiro ao qual assisti na minha vida.

Dizia eu outro dia, desta tribuna, que é preciso sintonizar rapidamente esse sentimento popular.

No discurso de hoje, estou repetindo essa observação, agora, com certo tom de advertência.

Percebe-se no ar uma mudança substancial do que vou denominar de atitude brasileira. Aquela tradicional brandura, aquele convencional "deixa para lá", aquele famoso jeitinho brasileiro, que sempre funcionou no sentido da compreensão extrema, da paciência infinita, além do "quebra galho", essas coisas estão acabando. Tudo tem limite. Ninguém aguenta mais.

Minha advertência é quanto à necessidade de sintonizarmos bem o que vai na alma do povo, neste momento. Sinaliza, também, para aqueles que eventualmente, como já ocorreu em tantas jornadas históricas, desejam montar no cavalo, na reta final.

Tenho a certeza de que a vez dos oportunistas está escasseando, se não estiver chegando ao fim.

Cabe àqueles que têm reais compromissos éticos, no exercício de seus mandatos, pautar-se à risca nesses compromissos, e deixar sua consciência plenamente liberta para veicular as claras aspirações sociais de uma nova ética na política. Essa nova ética irá modelar uma revolução profunda nos princípios e valores da nacionalidade. Esse é o ponto de partida. A responsabilidade não é apenas dos políticos. É também daqueles cujo papel essencial é o de formadores de opinião. A imprensa, em geral, precisa renovar-se, no sentido próprio de abandonar o conservadorismo, porque busca, muitas vezes, sobreviver às custas do poder. Essa renovação não quer dizer modernidade com licenciosidade de costumes; quer significar liberdade com responsabilidade ética. É uma dimensão da liberdade que implica em equidistância do poder e compromissos reais com a cidadania.

A situação que envolve o atual Presidente da República será resolvida de acordo com a lei. Juristas, governistas, querem fazer predominar o formalismo da lei sobre a eficácia jurídica e social da lei para proteger o Presidente e encontrar saídas políticas para S. Ex.^a e o grupo parlamentar que o apóia. Convém lembrar que S. Ex.^a, antes de tudo, é um cidadão comum que, embora no exercício do mandato governamental, não está imune às leis. Se estivesse, a Constituição lhe asseguraria esse direito. Tem ele apenas foro privilegiado, nada mais. O Presidente da República definitivamente não está acima das leis. Havendo, como tudo indica, indícios de irregularidades praticadas ou consentidas, direta e conscientemente por Sua Excelência, não temos caminho alternativo, muito menos atalhos políticos, a não ser o seu processo e julgamento na forma da lei. O exemplo de respeito à lei teria de partir dele. Se não o deu, estamos na obrigação legal e no dever moral, perante a nossa consciência e diante da Nação, de julgá-lo e condená-lo se assim for.

Não haverá explicações para a impunidade de alguém que deveria dar o exemplo máximo de licitude ímpar de suas condutas e não o fez. Daí para a frente a impunidade será generalizada e inexistirá qualquer forma de repressão legítima possível, a não ser pela força ou pelo arbítrio. Como exigir, por exemplo, que o cidadão pague impostos, se o próprio Presidente da República, seus auxiliares, parentes e amigos próximos sonegam? Como exigir dos outros que sejam honestos, se a conta da secretária particular do Presidente da República era utilizada para movimentar depósitos com recursos de contas fantasmas; e só para pagamento de despesas do Presidente foram movimentados recursos acima de dez milhões de dólares?

Nenhum desses maus exemplos exime alguém do dever de ser honesto, de ser correto, mas retira daqueles que têm obrigação de aplicar a lei ou de exigir o seu cumprimento a autoridade moral, ou seja, nesse sentido a própria legitimidade do seu poder.

Corre aos quatro ventos uma previsão de caos social, na hipótese de não haver consequências punitivas àqueles que forem apontados como culpados no relatório da CPI contra o Sr. Paulo César Farias. Fala-se, no mínimo, em desobediência civil e penso que isso não pode ser estimulado porque é impatriótico. Acredito que a sociedade esteja pretendendo mudanças profundas, mas de acordo com os instrumentos institucionais de que dispõe, não se percebe nenhuma intenção de impor o caos ou de piorar o estado de coisas. Penso mesmo que a sociedade está confiante naqueles que, legitimamente, em seu nome, podem e devem agir. Ela deseja claramente — e isso ficou patente nas manifestações públicas — a saída do Presidente Collor, mas não deseja a ruína da democracia brasileira, a qual estamos ajudando a consolidar.

É evidente que o Presidente perdeu a confiança do povo. Provavelmente, a maioria daqueles que compareceram às passeatas e às carreatas é de arrependidos. Votaram nele e agora não o querem mais como Presidente. Mas, em hipótese alguma, desejam o caos.

Nem por isso, entretanto, é de se negar a existência de um estado caótico dentro do próprio Governo. Há uma intranquilidade crescente entre aqueles que desesperadamente lutam para manter as aparências. O próprio partido de sustentação mais ostensiva ao Presidente, o PFL, não só dá demonstrações de esgotamento, como se distancia da serenidade, quando, por exemplo, um dos seus mais experientes e competentes líderes, deixa sem contestação uma suposta frase que teria dito e deixado publicar, para quem não importando que o PFL possa ter possíveis prejuízos nas próximas eleições municipais, em virtude do aval que está dando à posição insustentável do Presidente, disse que prefeito e vereador compram-se.

Sem maiores comentários, essa frase retrata bem as práticas passadas e presentes que resultaram na atual renúncia ao mínimo de postura ética, contra o que hoje me parece voltar-se à reação popular. Por que será que muitos políticos imaginam haver uma espécie de lei natural, determinante do comportamento antiético dos brasileiros.

Infelizmente, a cultura implica sempre uma contracultura, e a esse movimento popular no Brasil de agora assistimos ao início da contracultura da safadeza. O brasileiro não é safado, alguns podem ser.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V.Exª um aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com todo o prazer, nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Jutahy Magalhães, V.Exª é uma das figuras de exemplo no Congresso Nacional. Ouvi atentamente o seu pronunciamento, com o respeito e a atenção que lhe dispense. Concordo em grande parte com o que V.Exª diz a respeito de endividamento, verba mal aplicada, déficit público, corrupção, inflação, oportunistas e imprensa. Nesse discurso breve mas incisivo, V.Exª retratou exatamente o quadro da política e da administração nacional. É pena, Senador Jutahy Magalhães, que V.Exª — coincidentemente, de uma bancada que é, ao mesmo tempo, a última e a primeira deste plenário, tendo ao fundo o busto do grande líder baiano, Senador Rui Barbosa — fale para os 'lobisomens'. Apenas quatro Senadores estão ouvindo um pronunciamento da importância desse que V.Exª está fazendo. Como ontem e anteontem, o Senador José Eduardo também fez um importante pronunciamento e com pouquíssima presença neste plenário. Senador Jutahy Magalhães, tenho uma grande admiração por V.Exª e pelo seu famoso pai. Meu padrinho era o Marechal Cordeiro de Farias, que foi amicíssimo de seu pai. Meu pai, o velho Constâncio, era um admirador e amigo do Governador e Ministro Juracy Magalhães. E eu sempre, como Deputado, moço, às vezes ia visitá-lo, quando ele era ainda Ministro das Relações Exteriores, se não me engano. V.Exª é um autêntico. Está defendendo suas posições com coerência; não tem medo de cara feia, porque tem autoridade moral. Hoje, li que aprovamos, enfim, alguma coisa sobre o controle dessa imprensa, que muitas vezes ataca homens como V.Exª, um político, e tantos outros, e nada acontece. V.Exª tem experiência disso que estou dizendo. Isso já é um avanço. O que me preocupa, Senador Jutahy Magalhães, é ver esse plenário vazio, aqui e na outra Casa do Congresso Nacional. Isso o povo vê e tira as suas conclusões; e elas, Senador, resultam na impopularidade da classe política e do Presidente Fernando Collor. Na última pesquisa, houve uma diferença de um ponto. Mas é por causa de V.Exª, por minha causa, por causa de alguns Senadores que vivem aqui e cumprem os seus deveres? Não. Nós temos que ser humildes, principalmente o nosso Congresso, reconhecer e reparar os nossos erros, Senador. V.Exª há de concordar comigo, a atual Constituição, elaborada na maior boa-fé — e vamos dar um crédito ao nosso grande Líder Ulysses Guimarães, que considero o Churchill brasileiro — foi promulgada há quatro anos e 75% dela não regulamentada. Veja o caso dos 147% dos aposentados. Julgado em primeira instância, ajuizado em segunda instância... E V.Exª viu quanto tempo se passou para decidir um assunto dessa natureza. Eu estou dando um exemplo da ingovernabilidade que temos. Inclusive, V.Exª se lembra de que o próprio Presidente Sarney, quando terminou o seu mandato, deixou o Governo numa situação caótica, com uma inflação de quase 100%, numa situação de concordata pré-falimentar. Eu concordo com V.Exª quando disse — embora não tenha dito diretamente — que o que atrapalha é a corrupção, é a incompetência. Mas há os cartéis, Senador Jutahy Magalhães, os quais tive a ocasião de aqui, da tribuna, citar nominalmente. Toda a economia nacional, desde a área agrícola à pecuária, à indústria leve, à indústria pesada, está cartelizada. Tenho os números com os dados estatísticos e digo que bastavam três ou quatro empresas para dominar o ranking nacional de 52 a 86%. V.Exª há de concordar que, apesar dos erros que este Governo cometeu — reconheço juntamente com

V.Exª e a Nação toda — surge um novo tipo de pensamento do povo brasileiro. Falar em privatização neste País era um pecado mortal. Quando os barbudos, o Lula, davam um grito em São Paulo, o Presidente José Sarney se aquecia, haja vista a privatização da MAFERSA, que está sendo feita. Houve alguns erros nisso? Houve, claro que houve! Mas V.Exª veja a mentalidade do povo brasileiro: Volta Redonda, o QG do PT e da CUT, derrotada esmagadoramente, porque ipo de competitividade, onde os próprios operários da CSN, Senador Jutahy Magalhães, estão pedindo a sua privatização, a sua participação no capital de risco, não o capital sem risco.

Há outros aspectos, como a PETROBRAS, que, a meu ver, é intocável. Temos de enxugar isso. Vimos, Senador Jutahy, a infinidade de pacotes que foram criados neste País. V.Exª se lembra do maior 'coice de mula' dado pelo PMDB, Partido de responsabilidade, durante o famoso Plano Cruzado, para eleger 21 governadores. O Plano estava afundando e com isso, Senador Jutahy, afundou milhares e milhares de micros, médias e pequenas empresas. Conheço esse assunto porque conversei muito com o Dr. Cury, Presidente dessas empresas, que são mais de 500 mil no Brasil. Todas também confiaram no Plano Cruzado. E cito uma em Pernambuco, cuja situação é tão grave que talvez tenha de ser vendida a uma multinacional: a empresa Pitu, de aguardente. Confiou naquele Governo, sem credibilidade administrativa, como V.Exª muito bem mencionou. Concordo com tudo isso. V.Exª veja, Senador Suplicy...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V.Exª está me confundindo muito com o Senador Suplicy.

O Sr. Ney Maranhão — ...que é um homem sério, de bem, que muitas vezes quer, vamos dizer, abarcar o sol, o mundo, mas isso não é possível. V.Exª se lembra de que, na semana passada, aqui na tribuna, o Senador Eduardo Suplicy 'pisou na bola', — isso, V.Exª não faz de jeito nenhum, pois tem pé firme. É nordestino, como eu, acostumado a enfrentar o xique-xique e o caldeiro, a beber água de barril morna e meio salobra. V.Exª conhece essas coisas. O Senador Eduardo Suplicy, não. Ele está em São Paulo, pertence à família Matarazzo, foi criado em berço de ouro. Há uma grande diferença entre os Srs. Retomando a questão: é pena que, nesse dia, eu não estivesse presente, pois tive de ser submetido a uma operação. Não pude estar presente quando o nosso empresário, Dr. Antônio Ermírio de Moraes, veio depor nesta CPI, e foi recebido com tapete vermelho. Esse empresário dá 215 mil dólares a uma empresa desconhecida, dispõe das melhores empresas de assessoria, tanto nacionais como internacionais, e ainda reclama porque o serviço não foi bem feito. O serviço que o Dr. Antônio Ermírio de Moraes queria não era esse. Era reza que ele queria, nobre Senador, e, cinicamente, disse isso na Comissão. Eu iria pedir a prisão dele, lá, na hora, como corruptor, pela falta de respeito à Comissão. São essas coisas que me revoltam, nobre Senador! Concordo com V.Exª quando diz que devemos julgar o Presidente da República com justiça e equilíbrio. A pressa é inimiga da perfeição. Finalmente, nobre Senador Jutahy Magalhães, como Líder do Governo, quero dizer a V.Exª que esse seu pronunciamento merece o respeito da Nação porque é um homem autêntico e não diz aquilo que muitos políticos dizem: Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. Parabéns, a V.Exª

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V.Exª, Senador Ney Maranhão, e levo em consideração a amizade que nos une por suas expressões a meu respeito.

Quanto ao aparte de V.Exª, vamos começar pela presença do Sr. Antônio Ermírio de Moraes na CPI.

Considero que a presença daqueles empresários que estiveram na CPI foi uma demonstração de desprezo pela ética. Pagar alguns milhões de dólares a uma empresa, para fazer qualquer tipo de projeto verbal, é incompreensível e inadmissível!

Penso que V.Exª tem razão. É preciso dar uma punição também, não importa que seja ao Sr. Antônio Ermírio de Moraes, uma figura importante do Brasil, que defende a ética. Não importa. Se ele foi culpado, paciência. A lei está aí para todos.

V.Exª falou também sobre a questão do Plano Cruzado, do Governo Sarney. Veja V.Exª se não é interessante a coincidência. Eu estava aqui, na tribuna deste Senado, também criticando o Governo Sarney, dizendo que os hoje criticam o seu governo, à época, eram seus defensores intransigentes. Faziam discursos veementes a mim que criticava o Governo Sarney. Veja que isso também é uma questão de ética na política.

Quando digo que temos que buscar alguma inspiração no que está ocorrendo hoje nas ruas do nosso País, penso que há uma mudança. Quando essa crise teve início — estava lembrando pronunciamentos que fiz aqui — vi a evolução dessa questão sob o meu ponto de vista.

Se V.Exª se recordar, há de verificar que tenho um aparte ao discurso, se não me engano, do Senador Maurício Corrêa, falando da necessidade de esperarmos um pouco para instalarmos uma CPI, sobre a questão das acusações que estavam sendo feitas, porque considerava que ainda não havia, naquele instante, uma motivação importante para que o Congresso abrisse uma crise, pois, no momento em que abrisse a CPI, abríamos uma crise nacional.

Depois ocorreram fatos, inclusive a entrevista do Sr. Pedro Collor, que determinou a instalação imediata da CPI. Sempre defendi a tese de que seria um risco muito grande partirmos para a questão que hoje estamos discutindo — e que defendo — que é o **impeachment**. Eu fazia preces para que não chegássemos a tanto.

Quando o Sr. Jorge Bornhausen disse: "Essa CPI não vai dar em nada", concordei, porque estava acostumado com episódios passados; as Comissões Parlamentares de Inquérito nunca levaram ninguém à cadeia.

Aqui está um Senador que foi relator de uma CPI importante, na primeira fase, o nobre Senador Jarbas Passarinho. Tratava-se da CPI da Energia Nuclear. A questão não era colocar alguém na cadeia; era apenas examinar fatos. Tínhamos também o exemplo da chamada CPI da Corrupção, no Governo passado, que não teve consequências.

No entanto, desta vez, quando foi instalada a CPI, tive a oportunidade de manifestar-me, várias vezes, dizendo que, se tivéssemos condições de rastrear cheques, iríamos chegar a algum lugar. Veja V.Exª a evolução da CPI: no início, era o que o Sr. Jorge Bornhausen havia declarado, ou seja, a previsão era de que a CPI não chegasse a nada, uma vez que ficaria depoimento contra depoimento. Veio aqui o Sr. Pedro Collor e fez declarações; no dia seguinte, veio o Sr. FC Farias e desmentiu tudo; num outro dia, veio o Sr. Cláudio Vieira, sem a menor cerimônia, e disse coisas absurdas.

No entanto, no momento em que o Senhor Presidente da República cometeu o erro de declarar, em cadeia de televisão, que os recursos para suas necessidades particulares estavam na conta da Sr^a Ana Acioli, depositados pelo Sr. Cláudio Vieira, as investigações tomaram outro rumo. No dia seguinte veio, motorista Eriberto França, que deu início à verdade dos fatos. Foi o motorista quem indicou o caminho a ser seguido na busca da verdade. Quando ele apontou nomes, cheques, pagamentos — e como se faziam esses pagamentos —, a Comissão teve condições de buscar o rastreamento desses cheques. A partir daí, encontrou-se o 'fio do novelo', que, até hoje, continua se desmanchando a cada denúncia.

Veja V.Ex^a que o movimento que está havendo nas ruas não significa apenas o desejo de punição do Presidente Collor. Muito mais do que isso: significa um desejo de mudança de costumes no Brasil. Não só de costumes políticos, mas desses hábitos que temos de não levar em consideração a seriedade no nosso dia-a-dia.

V.Ex^a disse que faço este pronunciamento num dia de plenário vazio. Estou acostumado a isso. Digo sempre que é muito bom falar para os "Senadores de azul"! Estes são atentos. Veja V.Ex^a que estão todos ouvindo calados. Quando há muitos Senadores aqui, principalmente na parte de trás do plenário, há um barulho tal que a gente não se ouve. Quando faço um pronunciamento com pessoas conversando, não me ouço.

Evidentemente há aqueles Senadores que, interessados no tema, ficam em plenário.

Agradeço ao nobre Senador as palavras gentis que pronunciou. Sabe o nobre colega o respeito e a consideração que tenho por V.Ex^a.

Só lamento que V.Ex^a, até hoje, não se tenha convencido do que está ocorrendo. V.Ex^a é mais incrédulo do que São Tomé....

O Sr. Ney Maranhão — Veja V. Ex^a que, nessas listas de pedidos, até agora não apareceu meu nome. Minha preocupação, Senador, assim como é a do Senador e ex-Ministro Jarbas Passarinho, é uma preocupação de toda a classe política. As leis que temos — já deveríamos tê-las ajustado — não permitem que possamos enquadrar esses cartéis, essas 'formigas de roça' — tipo PC — que andam por aí, e há muito tempo. Minha preocupação maior, Senador, é que o povo brasileiro está esperando uma sentença exemplar para o PC Farias e companhia. No meu entender, Senador,...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Entendo a companhia...

O Sr. Ney Maranhão — Não prejuízo. Falo do Sr. PC Farias e dos seus sócios, até que se prove o contrário. Senador, temo que essa sentença não atenda às expectativas do povo brasileiro. V.Ex^a sabe que esse tipo de investigação é sigilosa, porque objetiva pegar o rato comendo o queijo. A CPI fez um bom trabalho, em parte; por outro lado, a mídia e pessoas da CPI quiseram se promover ou promover seus candidatos. É pena que o Senador Eduardo Suplicy não esteja aqui, mas tenho um compromisso com S.Ex^a: quando me refiro ao partido do atraso, que é o Partido de S.Ex^a, no meu entender, prefiro que ele esteja presente para que possa fazer a defesa do seu Partido. No entanto, S.Ex^a vai ler o nosso debate; amanhã terei o prazer de contraditar S.Ex^a. Continuando, quero dizer a V.Ex^a que o PT fez tudo para usar uma parte da CPI para promover a candidatura do Senador em São

Paulo. Mas não teve jeito; o povo separa o joio do trigo. As provas contra o PC estão aí. Muita coisa, no meu entender, desapareceu, ou foi feito de propósito. Foram dados avisos: 'lá vai ele'. Assim, ele teve tempo de fazer muita coisa. Agora mesmo, o Tribunal Regional Federal de Pernambuco, por unanimidade, concedeu um mandado de segurança ao Sr. PC, pela invasão dos seus escritórios sem mandado judicial. Mas o Sr. PC vai pagar por sonegação fiscal. Se pegar uma cadeinha, um cursinho de leão, pode, como réu primário, sair paliando os dentes mais cedo. E o povo não vai se conformar com isso. Vai responsabilizar a nós, da classe política. Como sabe V.Ex^a, existe este adágio: uma maçã ruim no meio de muitas boas, às vezes... Portanto, estamos pagando esse ônus. Essa é a minha preocupação: existe um descrédito da classe política perante o povo. Isso ocorre também por causa da mídia. V.Ex^a está fazendo um pronunciamento dessa natureza. Tenho certeza de que, amanhã, a imprensa não trará uma nota, no máximo, uma notinha pequena. Acabou-se! Um pronunciamento desse tipo teria de sair em manchete, mas não sai. No entanto, se eu saísse daqui, chegasse ao aeroporto com 'berro' de lado, e o puxasse, dando dois tiros, saía em manchete nos jornais, Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V.Ex^a passa por aquele detector de metais?

O Sr. Ney Maranhão — Explode, faz ruído. Mas, Senador, não me conformo com isto: pronunciamentos, projetos importantes do Senado, da Câmara não saem. Agora, qualquer deslize, alguma coisa que, às vezes, não é de má-fé, dá manchete. Isso é preocupante, porque a imprensa devia zelar por esta Casa. Com esta Casa forte, a democracia é forte; e eles podem falar o que acharem conveniente, em função da liberdade e da democracia, cujos guardiões somos nós. É essa a minha preocupação, Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço mais uma vez a V.Ex^a. Tenho certeza de que concordo com a questão da cobertura da imprensa em relação aos nossos trabalhos e já, por diversas e diversas vezes falei sobre isso, dirigindo-me à bancada da imprensa. Veja V.Ex^a que não somos nós apenas que temos aqui cadeiras azuis vazias. Temos o pessoal da Voz do Brasil, mas a imprensa que tem credencial para fazer a cobertura das sessões do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara deixa que as cadeiras também fiquem vazias.

V.Ex^a falou que é uma questão de legislação. Por coincidência, estamos com essa discussão sobre o processo de impeachment na Câmara. Não sei se V.Ex^a se recorda, mas, em 1989, apresentei um projeto aqui no Senado de acordo com a determinação da Constituição de fazer uma lei sobre essa questão do crime de responsabilidade e o processo de impeachment. Esse projeto foi aprovado aqui no Senado em 1990 e, até hoje, está na Câmara sem uma decisão dessa Casa.

Veja V.Ex^a que foi uma espécie de premonição de que poderíamos ter necessidade de uma lei regulamentando esse processo. Hoje, temos que pegar uma lei de 1950, o Regimento Interno e a Constituição, porque não temos uma lei que abraja tudo em uma só determinação legal.

Então, essas questões são do nosso dia-a-dia, e merecem críticas também sobre isto; mas o fato de merecermos críticas por nossos pronunciamentos não terem repercussão não nos deve inibir de falar. Vamos continuar falando, vamos

continuar discutindo, porque esta é uma obrigação nossa, pelo menos fica registrado nos Anais do Senado. Se um historiador do futuro quiser verificar o que se passou no Senado em tal período, se quiser verificar qual foi a discussão política travada neste Plenário sobre este processo, sobre esta crise política que o País atravessa, terá condições de ler e verificar tudo o que aqui foi dito e feito.

Por isso, não tenho a mínima preocupação com a repercussão na imprensa; não passo notinhas aos jornalistas, pedindo para publicar isso ou aquilo; não tenho assessor de imprensa — inclusive já me disseram que a razão poderia ser essa — ou uma pessoa que tenha ligações e relacionamento com a imprensa. Assim, Sr. Senador, continuo nesta batalha. Se for levado em consideração, ótimo! Se não for, paciência! Pelo menos, tenho tranquilidade com a minha consciência.

E é nesta luta que, hoje, resolvi falar sobre esta questão que considero de grande importância. Não tenho aqui nenhum desejo de dar conselhos, manifestar pontos de vista que devam ser seguidos por A ou B, mas tenho um grande dever com minha própria consciência: dizer aquilo que penso que devo dizer em um determinado momento. E isso eu fiz, com a ajuda de V.Exª, com quem tive o prazer de manter esse debate. E V.Exª sabe da estima pessoal e da grande consideração que lhe tenho.

V.Exª declarou que não está aparecendo o seu nome fisiologicamente. Aparecem nomes de outros que não defendem, como V.Exª, o Governo. Há uma grande diferença, como há uma diferença — S.Exª não está presente, mas posso dizer isto na ausência dele, porque é um elogio merecido — em relação ao Senador Jarbas Passarinho. V.Exª ouviu alguém levantar qualquer dúvida a respeito da sua passagem no Ministério da Justiça? Ninguém. Ninguém levantou qualquer dúvida em relação a S.Exª.

O Sr. Ney Maranhão — O Senador Jarbas Passarinho é uma das poucas reservas morais deste País.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — E isto acontece por quê? Por causa da pessoa, da maneira de ser, das atitudes que a pessoa tem, da consciência que a pessoa tem das suas obrigações.

Agora, quando foi organizado o Governo atual — e V.Exª, que é o defensor do Governo, vai me desculpar, mas é uma acusação — ra de ser, das atitudes que a pessoa tem, - e se escolheu aquele Ministério fraco, no meu entendimento, isso se deveu à necessidade de permitir a introdução do Sr. PC Farias em todas as áreas. Ministros corretos, sérios, fortes não permitiriam que se fizesse o que foi feito neste País. Com as investigações que foram realizadas, ficou comprovado que eram vasos comunicantes. O Sr. PC Farias entrou em tudo que foi canto.

Dizem que, hoje, a revista ISTOÉ vai apresentar uma reportagem, numa edição extraordinária, sobre a questão do narcotráfico. Não sei até onde vai. Desconfianças existem muitas, suspeitas existem bastantes. Agora, até onde vai para ser comprovada, não tenho ainda idéia. Mas, na CPI, isso aí já começou a aparecer. Então, pergunto: por que foi até lá? A ambição era sem limites. Era preciso enriquecer de uma vez.

Quando V.Exª fala: 'ele e companhia', acho que a 'companhia' abrange quem V.Exª não quer. Neste instante, então, discordamos; mas no resto concordamos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Jutahy Magalhães, o Sr. Chagas Rodrigues, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Antônio Mariz — Carlos Patrocínio — César Dias — Coutinho Jorge — Eptácio Cafeteira — Henrique Almeida — Hydelkel Freitas — Jarbas Passarinho — Magno Bacelar — Mansueto de Lavour — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Ronaldo Aragão — Ruy Bacelar — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 705, DE 1992

Na forma do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e à luz do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Exmº Sr. Ministro do Trabalho e da Administração, as seguintes informações:

1 — O Conselho Curador do FGTS, na forma do art. 5º da Lei nº 8.036, de 1990, já fez aprovar o Orçamento Anual de Alocação de Recursos, em consonância com as políticas públicas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana?

2 — Em caso positivo, vem acompanhando, com absoluto rigor, os atos de gestão financeira e a correta apropriação dos recursos?

3 — No inadimplemento da obrigação, informar as razões.

4 — Quais os recursos disponíveis, em 31-8-92, — destacados os compromissos e os retornos esperados, mês a mês — para aplicações do FGTS?

5 — Fornecer listagem dos débitos vencidos e vincendos, por repasse, dos agentes financeiros, em 31-8-92, Estado por Estado.

6 — Quais os 50 maiores devedores do FGTS, Estado por Estado, por financiamentos com recursos do Fundo (fornecer relação nominal dos devedores e respectivos débitos, mencionando os mútuos em atraso, compostos e recompostos, destacando os inadimplementos destes últimos, se houver).

7 — Pode a CEF aquilatar o grau de inadimplência dos financiamentos com recursos do FGTS, por Unidade Federativa, informar as medidas cabais que vem tomando para reduzir os atrasos; e, avaliar os resultados dessas medidas?

8 — Vem o Conselho Curador exigindo do Agente Operador (e Depositário) do FGTS o cumprimento da obrigação legal de aplicar não menos de 60% (sessenta por cento) dos recursos do FGTS, em projetos de natureza popular, ou seja, para populações de baixa renda?

9 — A medida alcança, separadamente, cada uma das 3 políticas públicas de habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana, conforme o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990?

10 — Que medidas vem tomando o Conselho Curador para coibir a sonegação da contribuição, por partes das empresas, igualmente, informar quais os 50 maiores devedores ativos do FGTS, por Estado da Federação. (Considerar que a contribuição da Empresa urbana é a única fonte de acumulação do FGTS).

Sala das Sessões, 18 de setembro de 1992. — Senador João Rocha.

(À Comissão Diretora)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 706, DE 1992

Nos termos do art. 335, item 3, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o sobrestamento do estudo do Projeto de Lei da Câmara nº 100/91, que “acrescenta dispositivos ao art. 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, concedendo aos municípios competência para a execução de serviços de planejamento familiar”, ora em exame na Comissão de Assuntos Sociais.

O sobrestamento requerido se justifica em face da iminência da apresentação de projeto de lei mais abrangente sobre a matéria pelos membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 786/91-CN “destinada a examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil”. A minuta do projeto de lei “regulamenta o § 7º do art. 226, da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar” e fará parte do relatório final da citada CPMI que será votado até 24 de setembro próximo.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 1992. — Senador Carlos Patrocínio.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O requerimento que vem de ser lido será publicado e remetido à comissão competente, nos termos do art. 335, parágrafo único do Regimento Interno.

Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1992 (nº 2.629/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas (SP), e dá outras providências (dependendo de parecer).

Nos termos do art. 140, letra a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Beni Veras para proferir o parecer sobre a matéria.

O SR. BENI VERAS (PSDB — CE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É fato notório que o Poder Judiciário Trabalhista apresenta problemas quanto à sua imediata prestação jurisdicional, o que nos leva a afirmar com pesar que a Justiça do Trabalho está mais demorada do que a Justiça Comum dos Estados-membros da Federação.

O crescente número de ações trabalhistas a cada ano — 1 milhão e 500 mil em 1991 — deve-se à conjuntura econômica, ao crescimento da clientela trabalhista — servidores públicos — e à estagnação da Justiça do Trabalho, nos seus dois primeiros graus de jurisdição. Os processos demoram mais tempo no grau recursal do Tribunal Regional do Trabalho e, conseqüentemente, chegam após meses ou anos na instância do Tribunal Superior do Trabalho.

Por tais razões, impõe-se o aumento da composição do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pleito antigo da comunidade sindical, dos juristas e de advogados do Estado de São Paulo.

Por essas razões, o nosso parecer é favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O parecer conclui favoravelmente ao projeto.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1992, de autoria do Senador João França e outros Senadores, que modifica a redação do inciso XVI do art. 49 e do caput do art. 231 da Constituição Federal. (3ª sessão de discussão).

Em obediência ao disposto no art. 358, § 2º do Regimento Interno, transcorre hoje o terceiro dia de discussão da proposta e apresentação de emendas, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Em discussão a proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1992, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão terá prosseguimento na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — O Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Governo do Estado de Pernambuco, através de seu Secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente, dirigiu, ao Exmº Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, ao Secretário de Desenvolvimento Regional da Presidência da República e ao Superintendente da SUDENE, grave ponderação a respeito da programação orçamentária da União para o exercício de 1993.

É que nessa previsão orçamentária, com recursos oriundos do Programa de Integração Nacional — PIN — e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — tação - PROTERRA, o Nordeste não foi contemplado com dotações destinadas a projetos de infra-estrutura econômica e social.

Lembra o Secretário de Planejamento do Estado de Pernambuco — e do Nordeste — o jovem economista Luis Otávio de Melo Cavalcanti — que o PIN foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infra-estrutura nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM; e que o PROTERRA foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971, com o objetivo essencial de promover o mais fácil acesso

do homem à terra, de criar melhores condições de emprego e renda e de fomentar a agroindústria nas regiões Nordeste e Norte.

Esclarece o Secretário que as modificações na legislação do Imposto sobre a Renda, relativas a incentivos fiscais, através da Lei nº 8.167, de 17 de janeiro de 1991, trataram especificamente do PIN/PROTERRA no parágrafo único de seu artigo segundo, que determinou:

“Enquanto não promulgadas as leis atinentes aos planos regionais de que trata o caput deste artigo, os recursos serão aplicados em programas e projetos considerados prioritários pelo Conselho Deliberativo da respectiva Superintendência de Desenvolvimento Regional, em estreita conformidade com as diretrizes aprovadas pela Presidência da República.”

E conclui o Secretário Luís Otávio:

“Como se vê, o PIN e o PROTERRA foram concebidos com o objetivo de dar utilização econômica a determinados espaços nas Regiões Norte e Nordeste, de integrá-los à área mais desenvolvida do País, de apoiar o fortalecimento e a ampliação de suas unidades agropecuárias e agroindustriais e de promover o acesso do homem à terra.

Não há, portanto, motivo para a exclusão das Regiões Norte e Nordeste dos recursos do PIN/PROTERRA do Orçamento da União de 1993.”

Associo-me, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a esse protesto e a esse inconformismo, como nordestino e representante de Pernambuco no Senado Federal.

Há poucos dias, em pronunciamento nesta Casa, fazia eu o registro de um seminário realizado no Recife, que teve por objetivo estabelecer um amplo debate sobre o futuro do meu Estado. Fiz referência, então, a uma queixa formulada por um dos nossos ex-governadores, hoje Deputado Federal de destacada atuação — falo do nobre Deputado Roberto Magalhães — em que deplorava o fato de Pernambuco ter sofrido, com a ação da SUDENE, um grave retrocesso em relação a outros Estados do Nordeste.

É que, pensando no desenvolvimento do Nordeste como uma forma de compensar a nossa deficiência em relação ao Centro-Sul, acreditou a SUDENE que deveria também buscar essas compensações em termos de nossa região, dando maiores oportunidades aos Estados menos desenvolvidos.

Aliás, Sr. Presidente, quando da posse do Superintendente da SUDENE, no início do Governo Collor, representei o ex-Secretário Egberto Batista e, na oportunidade, fiz contundente crítica à atuação da SUDENE no que concerne ao apoio a esse desenvolvimento, principalmente na área do pequeno, médio e microempresário, pequeno, médio e microprodutor, que acredito, seja também a mola mestra do desenvolvimento de um país. Tenho me batido há cinco anos por esta idéia, mostrando a este Senado e ao Congresso o desenvolvimento de um pequeno país que hoje chama a atenção do mundo e que nossos governantes, a começar pelo Governador Fleury, têm ido visitar. É a República da China, um Estado menor do que a Paraíba e que tem a maior reserva cambial do mundo, 90 bilhões de dólares. Esse Estado está hoje integrado ao Brasil, principalmente ao Nordeste, graças ao trabalho que fiz com o apoio de quase 400 Deputados e Senadores no sentido dessa integração comercial. Na última visita que fiz a Taiwan, levando o Governador de Pernambuco, Joaquim Francisco, e uma comitiva, vimos os reflexos desse trabalho

e da abertura que o Governo Collor tem promovido para a integração do Brasil com esse país. Estamos investindo hoje no Nordeste, e em Pernambuco, mais de 400 milhões de dólares para os pequenos, médios e microempresários. E tem mais, Sr. Presidente, não me refiro apenas a Formosa, mas também à China Continental, a China Comunista, que, a meu ver, será o país do Terceiro Milênio.

Dentro de 40 dias, estaremos inaugurando em Pernambuco, no Município de Surubim, uma fábrica de bicicletas, cujo capital é nacional. Dessa maneira, teremos oportunidade de vender uma bicicleta por menos da metade do preço de uma bicicleta da marca Caloi ou qualquer outra marca que exista em nosso País, o que significa um grande benefício para a Região Nordeste. Lá está sendo montada também uma fábrica de motocicletas de 40 a 60 cilindradas, que custarão menos de 500 dólares. É por isso que acredito no Governo do Presidente Collor.

Na época em que o ex-Governador do Ceará, Adauto Bezerra, assumiu a Superintendência da SUDENE, denunciei as atitudes erradas que eram tomadas no sentido de proteger os grandes fazendeiros, os grandes latifundiários de terras, com extensões de 40, 50 até 100.000 hectares, sem gerar um benefício social final. Uma fazenda dessa extensão quantos empregados tem? E o dinheiro que foi investido? Então, esse protesto que Roberto Magalhães fez nesse Simpósio, em Pernambuco, eu o fiz muito antes, no início do Governo do Presidente Collor, como Líder do seu Governo nesta Casa.

Mas esse lamento de pernambucano, de ver seu Estado perder a posição de hegemonia no setor têxtil e no setor açucareiro, por exemplo, não pode desmerecer a atuação, por tantos títulos notável, daquela Superintendência. Aliás, Sr. Presidente, sobre este assunto — como não tenho papas na língua, digo o que sinto — a responsabilidade por termos perdido posição nessa área têxtil e pela situação açucareira coube aos políticos de Pernambuco. O Governador Antônio Carlos Magalhães apoiou os governos militares, mas também defendeu a sua terra, de forma que hoje a Bahia é um estado de peso na Federação na área econômica; o Pólo Petroquímico de Camaçari foi conseguido graças à luta das lideranças da Bahia. Não falo só do Governador Antônio Carlos Magalhães; falo também das lideranças da Bahia, que sempre foram ativas. E entre essas lideranças, tenho que citar, é claro, o Senador Jutahy Magalhães e o seu pai. Do tempo em que eu era Deputado Federal, no Rio de Janeiro, lembro-me do Governador Octávio Mangabeira, que, quando discursava, nos deixava embevecidos. Por isso cito todas as lideranças da Bahia.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V.Exª um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Ouço V.Exª, nobre Senador.

O Sr. Jutahy Magalhães — Apenas para fazer uma retificação histórica: o Pólo Petroquímico da Bahia deve-se principalmente — Permite-me V.Exª um aparte? — não digo exclusivamente, porque foi um trabalho feito por diversas lideranças ajudando o Governador da época — ao ex-Governador, ex-Senador e ex-Ministro Luiz Viana Filho.

O SR. NEY MARANHÃO — Concordo inteiramente com V.Exª.

O Sr. Jutahy Magalhães — Foi no Governo Luiz Viana Filho que foram criadas as condições para a instalação do Pólo Petroquímico da Bahia. Hoje muitos querem assumir a paternidade desse empreendimento, mas, na realidade, a paternidade é do Sr. Luiz Viana Filho.

O SR. NEY MARANHÃO — Peço desculpas, Senador Jutahy, por não ter falado no ex-Governador. Quando fui eleito Deputado Federal pela primeira vez, em 1954, fui colega de Bancada no PL, o Partido Libertador de Raul Pilla, do nosso inesquecível companheiro o Governador Luiz Viana Filho, a quem, neste momento, presto minhas homenagens, concordando com V.Exª.

Também não poderia deixar de lembrar aquele a quem Luiz Viana Filho sucedeu: o grande baiano, ex-prefeito, ex-presidente da Associação Brasileira de Municípios — ABM, ex-Deputado estadual e federal, ex-Senador e ex-Governador Lomanto Júnior, o iniciador da renovação do Estado da Bahia, aniquilando, assim, de modo definitivo, o estigma baiano e levando esse grande estado ao progresso e ao desenvolvimento, com as grandes iniciativas do Centro Industrial de Aratu e a integração viária de todo o Estado com a região do São Francisco, com o extremo-sul, ligando Itamaraju a Teixeira de Freitas e interligando toda a região litorânea à BR-101.

Continuando, Sr. Presidente, perdemos o pólo têxtil para o Ceará, quando Pernambuco era o maior pólo têxtil do Nordeste. Lembro que na minha cidade, onde fui Prefeito ainda muito jovem, tínhamos a *Société Cotoni-re Belge-Bresilienne*, um conglomerado belga-francês, com 12 mil operários. Tínhamos também o conglomerado Lundgren e outras fábricas. Mas as nossas lideranças não se uniram na reivindicação. Mesmo com as lideranças de Pernambuco tendo importante posição nos governos militares, perdemos o parque têxtil para o Ceará, cujas lideranças eram comandadas pelo Governador Virgílio Távora, Mauro Benevides, Parival Barroso e tantos outros que tiveram competência, que lutaram para levar os benefícios ao Estado do Ceará. E Pernambuco, hoje, no seu orçamento, já perdeu para o Ceará. Falo como Senador por Pernambuco, como homem que tem 40 anos de vida pública; fui Deputado Federal durante 16 anos, Prefeito por duas vezes. Brigo pela minha terra, mas a verdade tem que ser dita: nossas lideranças não estiveram à altura para reivindicar aquilo que Pernambuco exigia.

Quero citar também, neste momento, o Porto de Suape. Mesmo com a força das lideranças pernambucanas no regime militar, o Porto de Suape — que surgiu de uma idéia louvável do Senador Marco Maciel, a quem presto as minhas homenagens, homem sério, probo, brigão — esse Porto, que é estratégico para o desenvolvimento de Pernambuco e do Nordeste, vem sendo construído com o sangue, suor e lágrimas do povo pernambucano. A classe política daquela época não se uniu para exigir ajuda do Governo Federal. O povo pernambucano deveria ter contribuído, mas a decisão tinha que ser política, tinha que partir da classe política de Pernambuco, para que hoje esse porto já estivesse pronto, contribuindo para o desenvolvimento de Pernambuco, não só para o escoamento da produção açucareira, como também da grande produção da soja da Bahia, que vai passar por ali. Tudo isso foi esquecido, como também esquecida foi a perenização do rio São Francisco.

Neste momento, como representantes de Pernambuco e do Nordeste, temos que ser humildes e reconhecer o erro, para que o povo nos respeite.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a SUDENE abriu perspectivas novas para o crescimento econômico e social da região, multiplicou as oportunidades de emprego, as possibilidades de ganho, possibilitou uma vida digna para um sem-nú-

meio de famílias, estabeleceu, em moldes novos, o quadro agrícola e industrial, o abastecimento das cidades.

Houve, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao tempo da criação da SUDENE, muitas vozes que se ergueram contra os mecanismos administrados por esse órgão e que visavam à redução das disparidades — tão agudas no País — entre um Centro-Sul rico e próspero e um Nordeste com índices orientais de pauperismo.

Desejavam esses críticos uma União ciosa de seus capitais, de seus recursos, a destiná-los somente a regiões que pudessem logo devolvê-los com largos dividendos. Não atentavam eles para as originações da Federação, esse esforço que reuniu as regiões mais diversas nas características de seus solos, de seus climas, de seus recursos hídricos, geológicos, em suma, nas suas possibilidades econômicas; mas que se juntaram num propósito comum, num destino que os irmaria.

Não há, então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como aceitar, agora, que uma programação orçamentária relegue, assim, o Nordeste, deixando de incluir recursos do PIN/PRO-TERRA para o Nordeste.

É como se se voltasse àquele entendimento, já afastado pelo melhor sentimento nacional, de que os recursos de uma Federação se devam aplicar como os de um investidor calculista, em termos de seu retorno o mais imediato, sem atender ao largo espectro social que fundamenta a própria unidade do País.

Junto, então, a minha voz a esse apelo do Governo de Pernambuco, pela urgente revisão da proposta orçamentária da União para 1993, para inclusão de recursos do PIN/PRO-TERRA para o Nordeste. Porque se trata de dar continuidade a uma política tão exitosa, para vencer e superar nossos desníveis, para aproximar os brasileiros em seus níveis de vida, para tornar o Brasil coeso, forte, confiante, afinal, em seus destinos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB-RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O que me traz, hoje, à tribuna desta Casa são os fatos graves que estão ocorrendo no meu Estado com relação à segurança.

Sr. Presidente, esta Casa e a Nação tomaram conhecimento, há mais de um ano, do assassinato do ex-Senador Olavo Pires. Esse crime continua sem solução até hoje. Em virtude disso, estão ocorrendo, em Rondônia, crimes e mais crimes que ficam também sem solução.

Agora, na campanha eleitoral, o problema começa a se agudizar, tomando proporções alarmantes. Recebi, hoje, do Diretório Municipal do PMDB de Ariquemes, uma comunicação pedindo providências às autoridades federais com relação ao pleito que se aproxima. Passo a lê-la:

“Diante de tantos fatos ocorridos em Rondônia, especificamente em Ariquemes, nós, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — autoridades competentes do País, a fim de que possamos dar nossa contribuição. Assim, relacionamos várias ocorrências e suas datas, sendo a mais mar-

cante a morte do Senador Olavo Pires, em setembro de 1990.

Julho de 92 — Ariquemes — quinze tiros na madrugada, na residência do Promotor de Justiça, Dr. Antônio Salvador Jacomini.

Agosto de 92 — Ariquemes — cinco tiros, de madrugada, na residência da Dra. Nelcy dos Santos Braga — Delegada de Polícia e candidata Vice-Prefeito pelo PTR.

Agosto de 92 — Ariquemes — incêndio, em plena madrugada, na TV Cidade, que foi socorrido pelos vizinhos.

Agosto de 92 — Ariquemes — morte de Alício dos Santos, durante comício no setor 09 do candidato Nobel Moura, PTR.

Agosto de 92 — Ariquemes — morte de Ulisso Moreira da Silva, 'a facadas', durante comício realizado no setor 09 do candidato Nobel Moura, PTR.

Setembro de 92 — Ariquemes — derrubada da antena da Rádio Ariquemes, cujo proprietário é candidato a prefeito pelo PFL.

Setembro de 92 — Ariquemes — o candidato a prefeito, pelo PMDB, Confúcio Aires Moura, recebeu, por telefone, ameaças de tiro em sua residência.

Ouro Preto do Oeste — morte a tiros do presidente do PT, em pleno comício.

Jaru — morte a tiros do presidente do PFL, advogado Aparício da Paixão.

Rio Crespo — tiros de madrugada na casa do candidato a prefeito do recém-criado município.

A descrição, coincide com o pleito eleitoral, ou seja, 60 dias antes da sua realização, sendo, então, sem dúvida, problemas políticos que trazem insegurança e medo a nossa gente e candidatos.

Exposto a V.Ex^a, solicitamos o empenho com a segurança de todos os candidatos e eleitores de nosso Estado e Município.

Crêmos que a presença de tropas federais darão tranquilidade as nossas famílias, pois ocorrências desagradáveis têm denegrido e empobrecido o nosso Estado.

Veja, Sr. Presidente, o que está acontecendo no Estado de Rondônia com a insegurança na campanha eleitoral. Lá é um perigo hoje se fazer comícios ou campanha eleitoral. É em virtude disso que a Coligação 'Feliz Cidade', da cidade de Porto Velho, pede forças federais para as eleições do Estado.

Estamos aqui, hoje, chamando a atenção das autoridades para o grave problema de insegurança no Estado de Rondônia. Veja, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a que ponto chegamos. É preciso que se tome providências agora, porque, se elas vierem após o pleito, já não adiantarão mais. É preciso impedir novos assassinatos e agressões. Este é o apelo dramático que fazemos às autoridades federais. Chamamos até a atenção do TSE, para que envie tropas federais para o Estado de Rondônia, para garantir o pleito do dia 3 de outubro. A cada dia, mais e mais incidentes estão ocorrendo na campanha política. Temos certeza de que o Governo do Estado tem feito a sua parte, o seu esforço; mas não tem coibido esses

assassinatos e agressões que estão ocorrendo no Estado. É possível até, Sr. Presidente, que a impunidade ocorrida pelo não esclarecimento do assassinato do Senador Olavo Pires tenha dado margem a que esses incidentes de campanha política tenham recrudescido lá no Estado.

Então, repito este apelo para que as autoridades federais do TSE aceitem o pedido de envio de tropas federais para garantir o pleito não somente na cidade de Porto Velho, mas também em todos os municípios do Estado, de forma que tenhamos uma eleição tranqüila, sem sobressaltos, sem esses assassinatos que estão deixando a população insegura.

Passo a ler o que foi noticiado no jornal Alto Madeira, de Porto Velho, de 12 de setembro de 1992:

"Feliz Cidade" (que é o nome da coligação) pede forças federais nas eleições em Rondônia.

Os presidentes do PT, PSDB e PMDB municipais, membros da coligação 'Feliz Cidade', mesmo afirmando que 'confiam na integridade, na independência e na imparcialidade da Justiça Eleitoral de Rondônia', solicitaram ao presidente do TRE que requisite tropas federais para 'a garantia de um pleito livre e independente em Porto Velho e também para todo o Estado'.

E hoje recebo esse apelo do Diretório Municipal do Estado quanto a esses assassinatos, esses incidentes que estão ocorrendo no Estado.

Continuando, Sr. Presidente:

"Num documento de quatro laudas e 92 linhas, Israel Xavier Batista (PT), Francisco Paulo Araújo (PMDB) e Fleury Azevedo (PSDB), colocam sob suspeição o governador Osvaldo Piana e o prefeito Chiquilito Erse ao citarem que os dois estão 'trabalhando a favor dos candidatos de sua preferência' e afirmam, citando vários casos, desde o assassinato do senador Olavo Pires, passando pelas recentes mortes do vereador Jasmo Pereira (Ouro Preto) e do presidente do PFL jaruense Aparício Paixão, que 'infelizmente no Estado, nos últimos tempos, vêm ocorrendo sérios incidentes que, de maneira direta ou indireta, têm perturbado a paz necessária aos pleitos livres e soberanos.

Os três presidentes municipais da coligação "Feliz Cidade", em Porto Velho, afirmam mais ao desembargador Lourival Mendes que a Secretaria de Segurança do Estado está totalmente omissa e acéfala de meios materiais e recursos da realização de suas fundamentais obrigações."

Sr. Presidente, recebi esse apelo também do Diretório Municipal de Ariquemes para levar ao conhecimento das autoridades federais a insegurança em que se encontra o Estado de Rondônia quanto ao pleito que se aproxima, no dia 3 de outubro. É um apelo até dramático que fazemos para que tropas venham a garantir o pleito no Estado, para que o cidadão vote livremente e com segurança e que os candidatos possam ficar seguros da sua integridade física. O Governo do Estado de Rondônia, a Polícia Militar e a Polícia Civil não têm recursos materiais para dar a devida segurança ao pleito de 3 de outubro. Portanto, este é o meu apelo, este é o meu pedido a essas autoridades, e creio até que o Governo do Estado está fazendo todo o esforço para dar alguma segu-

rança, mas não existem condições materiais para isso. Portanto é o Governo Federal, são as tropas federais que hoje têm de garantir o pleito estadual. Espero que depois não se diga que não levamos ao conhecimento da Nação o que está ocorrendo no Estado quanto à questão da insegurança.

Eram essas as minhas considerações a fim de dar conhecimento à Nação desse grave problema que leva os candidatos e a população a terem pavor da aproximação do pleito de 3 de outubro. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Ronaldo Aragão, o Sr. Nabor Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João França.

O SR. PRESIDENTE (João França) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dois fatos destacados hoje pela imprensa nacional merecem algumas considerações de nossa parte.

O primeiro deles relaciona-se às manifestações verificadas ontem, no Rio de Janeiro, por ocasião da chegada do Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello, ao Hospital Pró-Cardíaco, para visitar a sua mãe enferma, ali internada.

Sem prejuízo ao respeito dedicado ao direito constitucional de liberdade de expressão, atitudes como essas, partidas de um grupo de jovens, no Rio de Janeiro, poderiam ser evitadas, pois naquele momento, o Presidente da República comparecia ao hospital, para levar apoio moral e solidariedade à sua veneranda mãe, cujo estado, segundo os boletins médicos, revela uma certa gravidade.

Não queremos mudar nossa postura contrária ao atual Governo, dentro das diretrizes traçadas pelo nosso Partido; concordamos integralmente com as providências que a Oposição está tomando, visando à aprovação do pedido de **impeachment**, por parte da Câmara Federal, para que o Senhor Presidente da República possa ser julgado pelo Senado da República, mas não aprovamos esse tipo de manifestação.

Apoiamos sim, as demonstrações espontâneas que estão sendo realizadas em quase todas as capitais brasileiras, pregando o **impeachment** do Senhor Presidente da República, como resultado dos fatos apurados pela CPI, que concluiu recentemente os seus trabalhos no âmbito do Congresso Nacional.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V.Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com muito prazer, concedo o aparte a V.Exa.

O Sr. Jutahy Magalhães — V.Exª tem toda razão quando manifesta a sua opinião, neste momento, contrária àquelas manifestações ocorridas ontem na porta da clínica Pró-Cardíaco, no Rio de Janeiro. Todos temos que ser solidários e rezar pela recuperação de dona Leda Collor, que não tem nada a ver com os fatos políticos que estão ocorrendo no País. Mas temos também que examinar essas questões e verificar que o fato tem um significado muito grande, porque, num instante de dor como aquele, em que o Presidente e seus familiares acorriam à clínica para saber, inclusive, o que estava acontecendo com dona Leda, esse ato adquire um signifi-

ficado de repúdio muito grande, não merece nenhuma consideração favorável. Solidarizo-me, por conseguinte, à manifestação de V.Exa. Esse episódio não deveria ter ocorrido. Mas tem esse significado, porque mostra o que poderia acontecer se, numa hipótese que considero totalmente improvável, a Câmara viesse a evitar o processo, pelo Senado, do Senhor Presidente da República. Isso mostra até a que ponto pode ir a revolta da população. Por isso manifesto neste aparte a opinião favorável ao pronunciamento de V.Exª, deixando fixada essa questão para mostrar o que pode acontecer se houver qualquer manifestação contrária à opinião popular.

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço a V.Exª pela participação no meu discurso. Eu, também, temo pelo desdobramento dessa crise, ilustre Senador Jutahy Magalhães. Temo, inclusive, que o Presidente da República perca totalmente a sua autoridade, a ponto de não poder mais participar de uma solenidade, visitar os Estados ou comparecer a eventos internacionais, representando o nosso País. Agora mesmo, aliás, Sua Excelência deixou de comparecer à solenidade de instalação da Assembléia das Nações Unidas, na qual caberia ao Brasil, por seu Chefe de Estado, fazer o discurso de abertura.

Tememos por tudo isso.

Sabemos que hoje cerca de 85% da população desaprova a atuação do Governo Collor, não só em virtude do fracasso da sua política econômica, que se multiplicou em fracassos: não conseguiu debelar a inflação, nem recuperar o País do atraso acumulado há tanto tempo e que agravou ainda mais o quadro social com o desemprego, a recessão e a falência de milhares e milhares de empresas. Tudo isso faz com que nós, homens públicos, temamos pela sorte do Brasil, ameaçado pela continuidade de um governo totalmente desacreditado perante a sociedade.

Apesar das firmes posições político-partidárias, todavia, não apoiamos esses fatos, porque deve-se respeitar o momento que a família Collor está vivendo, de grande preocupação com a saúde da genitora do Senhor Presidente da República, Srª Leda Collor de Mello.

O Sr. Carlos Patrocínio — Permite-me V.Exª um aparte, nobre Senador Nabor Júnior?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com prazer, ouço V.Exª, nobre Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio — Gostaria, também, de me solidarizar com V.Exª, porque foi deprimente, ontem, aquele espetáculo de vaias ao Senhor Presidente da República e à sua família, por ocasião da internação da sua genitora. Essa senhora, mais do que qualquer outra pessoa do Brasil, é quem mais sofre. Talvez seja a maior vítima de tudo isso que está acontecendo no Brasil, pelo fato de ser mãe, até porque sabemos que toda essa crise surgiu do seio da sua família.

Perdi minha mãe há três meses e sei o quanto é doloroso ver a nossa genitora, nossa querida mãe enferma. Manifestações contrárias dessa espécie são deprimentes. Entendemos que o jogo democrático está sendo travado de maneira aberta, limpa, nos foros competentes, quer seja no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal, na Procuradoria-Geral da República. De maneira nenhuma, podemos admitir que manifestações dessa espécie ocorram no Rio de Janeiro, quando está em estado gravíssimo a mãe do Presidente da Repu-

blica, que merece de todos nós o mais alto respeito, porque sabemos que é uma pessoa das mais dignas e que, segundo já afirmamos, talvez seja a que mais sofra com tudo o que está acontecendo à Nação brasileira. Portanto, quero solidarizar-me com V.Exª e abominar também essas manifestações. Creio que faltou discernimento àqueles que vaiaram o Senhor Presidente ou que se manifestaram contrariamente à sua presença ali. Esse é um momento familiar, um momento sublime da vida de qualquer família; creio que transcende a toda e qualquer manifestação de repúdio a determinados atos.

O SR. NABOR JÚNIOR — Muito obrigado a V.Exª.

Portanto, na abordagem desse primeiro fato, Sr. Presidente, quero deixar bem claro: nós, do PMDB, que estamos engajados na campanha de mobilização popular contra o atual Governo e em favor do **impeachment**, desaprovamos fatos como o registrado ontem em frente à Clínica Pró-Cardíaco, no Rio de Janeiro, onde se encontra internada a genitora do Senhor Presidente da República.

E vou mais além: nenhum partido político que, no momento, exerça atividade oposicionista ao atual Governo, teve participação direta nesses acontecimentos, provavelmente promovidos por estudantes ou pessoas que não souberam fazer uma avaliação de sua oportunidade.

Acreditamos que esses fatos não se repetirão e que toda futura manifestação, em qualquer cidade brasileira, terá cunho eminentemente político, para assegurar a aprovação do pedido de **impeachment** que a Câmara dos Deputados deve apreciar nos próximos dias.

Outro fato também bastante lamentável aconteceu na última quarta-feira, por ocasião de um jantar oferecido ao Presidente da Caixa Econômica Federal, pelo Deputado do Paraná, Onaireves Moura, do PTB, quando o Senhor Presidente da República, usando da palavra, atingiu a honradez de consagrados homens públicos, como Ulysses Guimarães, o Presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, o Senador José Sarney e pessoas de sua família, além de outras pessoas que hoje são responsáveis pela Oposição.

Jornal do Brasil hoje publica a seguinte manchete: "COLLOR EXPLODE EM DISCURSO A PARLAMENTARES" — "O Presidente usa termo de baixo calão, xinga Ibsen de golpista imoral, Sarney de corrupto e Ulysses de esclerosado."

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, assim como condenamos o procedimento das pessoas que, ontem, em frente à Clínica Pró-Cardíaco, do Rio de Janeiro, procuraram atingir o Senhor Presidente da República com extemporâneas manifestações de protesto, também queremos condenar, da maneira mais veemente possível, esse comportamento do Senhor Presidente da República, que não condiz com a responsabilidade e decoro do cargo de Chefe do Estado.

Creio que as primeiras qualidades a serem exigidas de qualquer estadista, em um País democrático como o Brasil são a serenidade e a responsabilidade.

O Senhor Presidente da República, naquele momento, segundo informações de jornais e pessoas que lá estiveram para participar da citada homenagem, cometeu agressões que não condizem com o cargo que ocupa, desdobrando-se em usar palavras de baixo calão, proferidas na frente de senhoras, de esposas de Senadores e Deputados, da própria família do Deputado que promoveu aquele encontro, aquele jantar. Consta, inclusive, que Sua Excelência sequer atendeu ao

Ministro Ricardo Fiúza, que fez acenos ao Presidente da República para que Sua Excelência se contivesse nas suas afirmações, nas suas agressões.

O Porta-Voz da Presidência da República diz que se tratava apenas de um desabafo. Ora, todos nós temos o direito de desabafarmos, mas em momentos oportunos, quando nos sentimos ofendidos, mesmo assim usando palavras não agressivas, não ofensivas à moral pública. O Senhor Presidente da República usou termos que atingiram a população brasileira, atingiram a imprensa.

Não vou repetir aqui os termos usados pelo Senhor Presidente da República naquele jantar, porque os julgo até ofensivos à dignidade desta Casa e da própria sociedade brasileira. Na verdade, ficou demonstrado que o Senhor Presidente perdeu a serenidade, e quando um Chefe de Estado profere palavras de baixo calão na presença de mais de 200 pessoas — Deputados, Senadores, familiares de Parlamentares — fica claro que está totalmente perdido.

O Sr. Fernando Collor de Mello está totalmente sem condições de continuar exercendo a maior Magistratura do País, que é a Presidência da República!

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V.Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com muito prazer, concedo o aparte a V.Exª.

O Sr. Jutahy Magalhães — Da mesma forma que manifestei minha concordância com a parte inicial do pronunciamento de V.Exª, desejo — agora com mais ênfase — manifestar o meu apoio às palavras que V.Exª vem proferindo. É inaceitável que o Presidente da República use os termos que o Senhor Fernando Collor empregou para se dirigir a uma platéia como aquela, de Deputados e de pessoas da sociedade, incluindo senhoras, referindo-se a políticos brasileiros que dele discordam. Leio, no **Jornal do Brasil**, que o Porta-voz disse que "a conversa foi muito livre, franca e espontânea, entre amigos". No momento em que o Senhor Presidente da República usa os termos que empregou, fica demonstrada, primeiro, uma falta de decoro total. Mais do que isso, parece — isso nos impressiona — que foi uma manifestação de um desequilibrado, de uma pessoa que está inteiramente fora de si, que perdeu a razão. É possível um país ser dirigido por alguém que perdeu a razão? O Senhor Presidente da República deu, como vem fazendo nas últimas manifestações — por exemplo, quando desafiou o povo a ir às ruas de verde e amarelo — uma demonstração de total desequilíbrio. Sua Excelência, agora, mostra que a gravidade de sua doença está aumentando. Portanto, não tem mais a menor condição de permanecer no poder. Se fossem dadas respostas nos mesmos termos utilizados por Sua Excelência, assistiríamos a uma verdadeira "baixaria" neste País. Felizmente, os atingidos não estão respondendo da mesma maneira pela qual foram agredidos. Estão evlenciando um equilíbrio que o Presidente da República não tem. Por isso, quero manifestar solidariedade a V.Exª, que está fazendo uma análise, uma avaliação correta. Não é esse o caminho. O caminho do Senhor Presidente da República seria demonstrar sua inocência. Sua Excelência nunca se manifestou sobre sua inocência, não apresentou nenhum documento, nenhuma prova, nenhuma palavra sobre sua possível inocência porque não tem como se defender. Entristece-nos constatar que ainda temos esse tipo de pessoa. Quero aproveitar o pronunciamento de V.Exª para desfazer

essa idéia, porque, inclusive, estou lendo também nos jornais a notícia de que não há número suficiente para alcançar os dois terços. Esse número já foi ultrapassado há muito. O desespero de Sua Excelência pode ser, inclusive, por ver que não tem o 1/3 necessário para ser defendido na Câmara. Todos os métodos estão sendo utilizados para se tentar alcançar esse 1/3, mas a dignidade dos Srs. Parlamentares, ao contrário do que o Senhor Presidente pensa com o seu pronunciamento, não permitirá que os seus métodos saiam vitoriosos. No Brasil, o compensa, e acredito que vamos conseguir. Agradeço a V. Ex^a pelo aparte que me concedeu, solidarizando-me com o pronunciamento que vem fazendo.

O SR. NABOR JÚNIOR — Eu é que agradeço a V. Ex^a pelo oportuno aparte. Nobre Senador Jutahy Magalhães e demais membros do Senado que participam desta sessão, tal conduta não honra a tradição republicana brasileira, onde quase todos os Presidentes da República foram homens austeros, sérios e comedidos; foram homens responsáveis que nunca partiram para a agressão contra aqueles que, democraticamente, lhes faziam oposição. Assim como a Oposição critica o Senhor Presidente da República, Sua Excelência também tem o direito de criticar a Oposição, mas em termos elevados.

Ocuparam esse cargo de Presidente da República cidadãos de conduta e moral ilibadas, dignos do maior respeito, como Getúlio Vargas, que era muito questionado mas, ao mesmo tempo, era respeitado por toda a Nação. Tivemos, antes, um Campos Sales, que, ao assumir a Presidência da República, tinha a sua fazenda de café em São Paulo hipotecada e, ao término do seu mandato, a fazenda continuava hipotecada. Agora mesmo, no período revolucionário, tivemos homens da estatura de um Ernesto Geisel, cuja honradez pessoal ninguém põe em dúvida.

É preciso ser honrado. O cargo de Presidente da República deve ser ocupado por pessoas que mereçam o respeito da Nação e não se deixem levar pelo deboche, pela agressão de esquina de rua, de botequim.

Não podemos admitir que esses fatos estejam acontecendo, que se queira atingir pessoas da honradez do Dr. Ulysses Guimarães, um dos homens mais respeitáveis desta Nação, com 45 anos de vida pública inatacável, mas contra quem o Presidente da República investiu de maneira virulenta. Ulysses Guimarães é uma figura exemplar da vida pública brasileira. Tampouco se admitem insultos a um homem como o Presidente José Sarney, que ilustra as quatro últimas décadas da nossa vida pública — foi Deputado Federal, Governador do Maranhão, Senador, Presidente da República. Enfrentou, como poucos governantes, uma agressiva oposição, sistemática, dentro e fora do Congresso Nacional, mas nunca perdeu a serenidade, nunca partiu para a agressão a quem quer que fosse; ia para a televisão, para a imprensa, concedia entrevistas a repórteres brasileiros e internacionais, procurava justificar as suas idéias e defender-se das críticas que lhe eram feitas, mas nunca desceu daquele patamar mínimo para o comportamento de um Chefe de Estado, principalmente de um País civilizado e democrático como o Brasil.

O Sr. César Dias — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Concedo o aparte ao nobre Senador César Dias.

O Sr. César Dias — Senador Nabor Júnior, gostaria de avançar nas duas direções do discurso de V. Ex^a Primeira-

mente, gostaria de dizer publicamente que fui contrário à manifestação, ontem, diante da clínica onde estava internada a mão do Presidente Collor. Realmente, foi uma atitude impensada por parte dos manifestantes. Se aquela manifestação foi organizada por algum grupo, algum partido político, acredito que foi inadequada, porque era um momento de dificuldade por que o Presidente passava intimamente, com a sua mãe gravemente enferma. Ao mesmo tempo, solidarizo-me com V. Ex^a quando se referiu ao discurso em que o Presidente Collor atacou ilustres personalidades da política brasileira, como o nosso inatacável Ulysses Guimarães, essa figura impoluta, mediana, serena, que hoje defende a classe política brasileira. O Presidente Collor não deveria ter feito isso. Em segundo lugar, quero externar o meu repúdio aos palavrões utilizados pelo Presidente Collor naquele jantar, dirigidos também ao Presidente Ibsen Pinheiro, que está fazendo um trabalho sereno e tranqüilo diante desse processo de **impeachment**. Até hoje, S. Ex^a não deu manifestações de parcialidade nenhuma, está atendendo ao Regimento Interno da Câmara, está tentando avaliar as leis que regem o processo de **impeachment**. Creio que o Presidente Collor também errou ao atacar o Presidente Ibsen Pinheiro. Ao mesmo tempo, aproveito para repudiarmos o ataque veemente que Sua Excelência fez ao Senador Humberto Lucena, com quem convivo aqui, no Senado Federal, como um Senador ainda com plumas. O Senador Humberto Lucena, ex-Presidente do Congresso Nacional, é um homem que sempre fez um trabalho legislativo, é um homem que ainda não administrou a coisa pública para que o Presidente Collor viesse a atacá-lo de fisiologista. Então, lamentavelmente, o Presidente tem demonstrado pontos de desequilíbrio e de desalinho com relação à função presidencial. Isso é lamentável. Gostaria que se resolvesse logo esse processo de **impeachment**, que se afastasse ou não o Presidente e o Brasil voltasse à normalidade. O discurso de V. Ex^a, hoje, tem duas direções e sou favorável a ambas. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. NABOR JÚNIOR — Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte que traz à análise da Casa a torpeza com que o Presidente Collor procurou atingir o Líder do PMDB no Senado da República, essa figura extraordinária de homem público que é o Senador Humberto Lucena.

Conheço o Senador Humberto Lucena desde a época em que ambos éramos deputados federais, inclusive fomos vizinhos nos apartamentos da Câmara dos Deputados, período em que convivi com a sua família. Humberto Lucena, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um homem que tem quarenta anos de vida pública, é honrado, é pobre, nada tem; depois de quarenta anos de vida pública, continua sendo um homem pobre. Isso, por si só, já demonstra muito bem o seu caráter, a sua honestidade e dignidade. Não é preciso mais palavras para definir qual tem sido o comportamento de S. Exa. na vida pública da Paraíba e do Brasil.

No entanto, S. Ex^a foi atacado pelo Senhor Presidente da República, simplesmente porque é o Líder do PMDB, o Partido que no Congresso, está apoiando o processo de impedimento de Sua Excelência. Isso é um direito da Oposição, porque foi realmente comprovado, na CPI do chamado 'caso PC Farias', o envolvimento do Senhor Presidente da República. E, como diz o Senador Jutahy Magalhães, em todas as oportunidades que Sua Excelência ocupou cadeia de rádio e televisão, nas entrevistas que concedeu às imprensas nacional e internacional, em nenhum momento Sua Exce-

lência convenceu a população brasileira e a classe política da sua inocência. Pelo contrário, cada vez que Sua Excelência procurou se defender, ainda agravou mais a situação, conforme está sendo noticiado diariamente. Os fatos estão a demonstrar o envolvimento do Senhor Presidente da República nos fatos denunciados.

Comprovada a prática de irregularidades na atual administração, é dever do Congresso tomar as providências cabíveis para saná-las, cumprindo o compromisso assumido com a população brasileira por ocasião da nossa eleição. Se nós, homens públicos, inclusive parlamentares, incorreremos em qualquer erro, existem leis para serem aplicadas. Ainda, no ano passado, a Câmara dos Deputados cassou o mandato de um deputado por envolvimento em tráfico de drogas. Há, então, as leis que punem os crimes de responsabilidade do Senhor Presidente da República, como punem os de governador e os de prefeito: se as evidências estão a demonstrar que realmente houve esse envolvimento do Senhor Presidente da República com o famigerado esquema PC, não cabe outra alternativa a não ser, de acordo com a lei, o Congresso Nacional julgar o Senhor Presidente da República, facultando-lhe demonstrar sua inocência, comprovar, através de documentos, que está isento das imputações pela prática de atos lesivos aos interesses nacionais. O que não se admite é o fato denunciado: em pleno regime democrático, quando é assegurado o direito de cada um expressar o seu pensamento, quando respeitamos o contraditório, e o Senhor Presidente da República tem mecanismos, os mais diversos, para expressar a sua opinião sobre todos os acontecimentos nacionais e até internacionais, abandonando isso tudo, Sua Excelência venha a usar termos chulos para reagir às acusações comprovadas na CPI. O que a Oposição está fazendo neste momento é cumprir com seu dever.

Vamos apurar os fatos, vamos instaurar o processo. O Senado é quem vai julgar.

O Senado vai se reunir sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal. O Senhor Presidente da República vai ter amplo direito de defesa durante toda a fase do processo. Vai poder apresentar as provas que diz ter, para destruir todas as denúncias acolhidas pela CPI. Então, vamos proceder democraticamente, dentro da lei e da ordem. Não queremos absolutamente ofender a dignidade pessoal do Senhor Presidente da República nem de pessoa alguma da sua família ou da sua intimidade. Mas exigimos também respeito para com aqueles que têm o dever neste momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de zelar pelo bom nome do País, em defesa dos interesses maiores da população brasileira.

Espero que fatos como esse não se repitam, para que não venhamos novamente à tribuna do Senado Federal deploar acontecimentos que não condizem com os foros de nação civilizada, cabíveis ao Brasil. Isso fica — como disse e repito — para discussão de esquina ou de botequim. Numa reunião política e social, com a participação de parlamentares e suas respectivas famílias, não se admite um pronunciamento nos moldes daquele que foi feito pelo Senhor Presidente da República na última quarta-feira, durante o jantar na residência de um Deputado Federal do PTB do Paraná.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (João França) — Concedo a palavra ao nobre Senador César Dias.

O SR. CÉSAR DIAS (PMDB-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É lamentável que, diante de fatos importantes que hoje passa a Nação brasileira, eu venha a trazer a plenário uma questão paroquiana da política de Roraima.

O Estado foi criado em 1º de janeiro de 1991, e o Governador do Estado nomeou os desembargadores, sendo um deles advogado de defesa do Governador do Estado e também trabalhava, na época, como advogado nas questões eleitorais de S.Exa. Este senhor, Dr. Luiz Gonzaga Batista, hoje é Desembargador Corregedor Eleitoral do Estado e tem demonstrado muita parcialidade nas eleições que se processam em todo o Estado. Com flagrante desrespeito às leis, recentemente esse Desembargador não acatou uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, em flagrante crime de responsabilidade.

Voltamos ao Tribunal, solicitamos que fossem até Roraima o Corregedor do Tribunal Superior Eleitoral. E o Ministro Paulo Brossard designou o Ministro Américo Luz para ir até Roraima verificar in loco as irregularidades. O Ministro retornou de Roraima, ouviu membros da Assembléia Legislativa, ouviu membros da OAB, ouviu políticos locais e até a própria Corte de Desembargadores do Estado.

Então, assim que chegou, o Ministro novamente manteve a liminar que havia exarado em atenção ao nosso pedido, e novamente, anteontem, o Tribunal Regional Eleitoral não acatou a liminar do Tribunal Superior, num flagrante desrespeito ao Tribunal Superior Eleitoral. Faço, neste momento, esta denúncia e solicito ao Ministro Paulo Brossard providências e a imediata intervenção no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima para que possamos ter paz. Quem vai decidir essa eleição é o povo de Roraima, como sempre fez.

Sr. Presidente, sempre fiz o possível para não trazer as questões da política paroquiana enfrentada pelo autoritarismo do Sr. Governador do Estado. Gostaria que a Nação soubesse que o Tribunal Superior Eleitoral está sendo desmoralizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (João França) — Não há mais oradores inscritos.

A Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

1 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1992 (nº 2.629/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas (SP), e dá outras providências, tendo

PARECER favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Beni Veras

2 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 1992

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1992, de autoria do Senador João França e outros Senadores, que modifica a redação do inciso XVI do art. 49 e do "caput" do art. 231 da Constituição Federal. (4ª sessão de discussão.)

I - PROPOSIÇÕES QUE DEVERÃO FIGURAR EM ORDEM DO DIA NAS TRÊS SESSÕES ORDINÁRIAS SUBSEQUENTES

(Art. 170 § 2º, "c", do Regimento Interno)

Dia 22-9-92, terça-feira

Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que determina os casos em que as forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente, mediante permissão do Presidente da República, independente da autorização do Congresso Nacional, nos termos do disposto nos arts. 21, inciso IV, 49, inciso II, e 84, inciso XXII, da Constituição Federal.

Mensagem nº 280, de 1992, do Senhor Presidente da República, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo no valor equivalente a oitenta milhões de dólares norte-americanos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Programa de Modernização Tecnológica da Agropecuária na Região Centro-Sul. (Art. 172, I, do Regimento Interno.)

Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1992 de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que susta a aplicação do "caput" do art. 13 da Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

Dia 23-9-92, quarta-feira

Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1991, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que determina a instalação de equipamentos antipuluição em veículos automotores de uso urbano (art. 172, I, do Regimento Interno).

Dia 24-9-92, quinta-feira:

Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 1992 (nº 78/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Emenda ao artigo 50 (a) da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluído em Chicago, em 7 de dezembro de 1944.

II - PROJETOS EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS PERANTE AS COMISSÕES

a) de Assuntos Sociais

Projeto de Lei do Senado nº 107, de 1992, de autoria do Senador César Dias, que dispõe sobre a exploração, pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas e na faixa de fronteira.

4º dia: 21-9-92

Último dia: 22-9-92

Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1992, de autoria do Senador Humberto Lucena, que acrescenta parágrafo a artigo da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre a penhora de bens, nas execuções trabalhistas.

3º dia: 21-9-92

Último dia: 23-9-92

b) de Constituição, Justiça e Cidadania

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 1992, de autoria do Senador Ronan Tito, que dá nova redação aos artigos 6º, itens I e II; 159, § 1º; 160, caput e parágrafo único; 164, caput, 169, caput, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

2º dia: 21-9-92

Último dia: 24-9-92

III - PROJETOS EM FASE DE APRESENTAÇÃO DE EMENDAS PERANTE A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

(Art. 376, "c", do Regimento Interno)

PRAZO ÚNICO

Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 1992 (nº 111/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Brasília, em 7 de maio de 1991.

4º dia: 21-9-92

Último dia: 22-9-92

Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 1992 (nº 187/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, sobre Cooperação no Domínio do Turismo, celebrado em Roma, em 11 de dezembro de 1991.

4º dia: 21-9-92

Último dia: 22-9-92

Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 1992 (nº 190/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo para Solução de Controvérsias, celebrado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, em Brasília, em 17 de dezembro de 1991.

4º dia: 21-9-92

Último dia: 22-9-92

IV - COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1. Destinada a examinar o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984, que institui o Código Civil.

Composição

Presidente: Senador Cid Sabóia de Carvalho

Vice-Presidente: Senador Wilson Martins

Relator: Senador Josaphat Marinho

Titulares		Suplentes
		PMDB
Amir Lando		Alfredo Campos
Antônio Mariz		Aluísio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho		Mansueto de Lavor
		PFL
Josaphat Marinho		Hydekel de Freitas
Guilherme Palmeira		Carlos Patrocínio
		PSDB
		Chagas Rodrigues
		PTB
Lourenberg Nunes Rocha		Levy Dias

Maurício Corrêa	PDT	Magno Bacelar	Gerson Camata	PDC	Moisés Abrão
Rachid Saldanha Derzi	PRN	Júnia Marise	O SR. PRESIDENTE (João França) — Está encerrada a sessão.		
Esperidião Amin	PDS	Lucídio Portella	(Levanta-se a sessão às 11 horas e 26 minutos.)		